

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



ENSINO

ICA 37-281

**NORMAS REGULADORAS PARA O CURSO
PREPARATÓRIO DE CADETES DO AR**

2022

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ENSINO



ENSINO

ICA 37-281

**NORMAS REGULADORAS PARA O CURSO
PREPARATÓRIO DE CADETES DO AR**

2022



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ENSINO

PORTARIA DIRENS Nº 311/PFG, 29 DE DEZEMBRO DE 2022.

Aprova a reedição da Instrução que estabelece as “Normas Reguladoras para o Curso Preparatório de Cadetes do Ar” - ICA 37-281.

O DIRETOR DE ENSINO, considerando o disposto no Decreto nº 11.237, de 18 de Outubro de 2022, e no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, inciso III, e art. 9º, inciso XII, do Regulamento da Diretoria de Ensino, aprovado pela Portaria Nº 683/GC3, de 16 de Maio de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da ICA 37-281 “Normas Reguladoras para o Curso Preparatório de Cadetes do Ar”.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria DIRENS nº 84/DPL, de 26 de dezembro de 2019.

Maj Brig Ar SÉRGIO RODRIGUES PEREIRA BASTOS JUNIOR
Diretor de Ensino da Aeronáutica

SUMÁRIO

1	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	7
1.1	<u>FINALIDADE</u>	7
1.2	<u>CONCEITUAÇÕES</u>	7
1.3	<u>SIGLAS E ABREVIATURAS</u>	9
1.4	<u>COMPETÊNCIAS</u>	10
1.5	<u>ÂMBITO</u>	10
2	ENSINO.....	11
2.1	<u>CPCAR</u>	11
3	ADMISSÃO, MATRÍCULA, EXCLUSÃO TEMPORÁRIA DE CURSO, REMATRÍCULA, EXCLUSÃO DEFINITIVA DE CURSO E DESLIGAMENTO DA EPCAR	12
3.1	<u>ADMISSÃO</u>	12
3.2	<u>MATRÍCULA</u>	12
3.3	<u>EXCLUSÃO TEMPORÁRIA DO CURSO</u>	12
3.4	<u>EXCLUSÃO DEFINITIVA DO CURSO E DESLIGAMENTO DA EPCAR</u>	13
3.5	<u>REMATRÍCULA APÓS EXCLUSÃO TEMPORÁRIA DO CURSO</u>	14
4	SITUAÇÃO MILITAR DO ALUNO	15
4.1	<u>ALUNO</u>	15
4.2	<u>ALUNA GESTANTE</u>	15
5	APROVAÇÃO, CONCLUSÃO E DIPLOMAÇÃO	17
6	DISPOSIÇÕES FINAIS.....	19
	REFERÊNCIAS	20

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

A presente Instrução tem por finalidade estabelecer as normas gerais referentes à matrícula, ao ensino, à situação militar do aluno, e aos demais aspectos relativos ao CPCAR, ministrados na EPCAR.

1.2 CONCEITUAÇÕES

1.2.1 ADMISSÃO

Processo que visa seleccionar os candidatos que estarão habilitados à matrícula nos cursos ministrados pela Organização de Ensino (OE).

1.2.2 ALUNO

Militar ou civil matriculado em uma OE com a finalidade de realizar um curso ou estágio. Também denominado discente, instruendo ou estagiário. Sua situação, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas estão regulados pelo Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980).

1.2.3 CAPACIDADE REAL

Número máximo de alunos que podem ser matriculados em uma OE, de forma que esta possa cumprir sua missão em função das limitações impostas pelos meios disponíveis.

1.2.4 CURRÍCULO MÍNIMO (CM)

Documento que estabelece o conteúdo programático mínimo a ser desenvolvido para determinado curso ou estágio, fixando as bases para a elaboração do PUD.

1.2.5 CURSO PREPARATÓRIO DE CADETES DO AR (CPCAR)

Destinado a preparar jovens para o ingresso no 1º ano do Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAV), da Academia da Força Aérea (AFA), e, excepcionalmente, no 1º ano dos Cursos de Formação de Oficiais Intendentes (CFOINT) e de Formação de Oficiais de Infantaria (CFOINF) da Aeronáutica. O CPCAR engloba as disciplinas previstas na legislação em vigor (LDB 9.394/96) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, além de conteúdos específicos necessários à Formação Militar.

1.2.6 DESEMPENHO ESCOLAR

Desempenho global do aluno em sua vida escolar, abrangendo os aspectos intelectual, profissional, moral, militar e de aptidão física.

1.2.7 DESLIGAMENTO DO CURSO OU ESTÁGIO

Ato administrativo pelo qual o militar é desvinculado completamente de uma Organização Militar (OM) para seguir destino. O desligamento pode ocorrer por transferência, classificação, designação, matrícula em escola, curso e/ou estágio, licenciamento do serviço

ativo, transferência para a reserva remunerada, dispensa do serviço ativo, reforma, desincorporação, anulação de incorporação, demissão e falecimento.

1.2.8 DOCENTE

Militar ou civil qualificado, designado para ministrar aulas em cursos ou estágios no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER). Também denominado Instrutor ou Professor.

1.2.9 ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DO AR (EPCAR)

Organização de Ensino do COMAER destinada a preparar jovens para ingresso na AFA.

1.2.10 EXCLUSÃO DO CURSO

Ato administrativo pelo qual o aluno é desvinculado do CPCAR. A exclusão do CPCAR poderá ocorrer em caráter temporário, condição na qual ainda há a possibilidade do aluno excluído ser rematriculado, ou em caráter definitivo, quando o estudante excluído deverá ser desligado da EPCAR, não mais havendo possibilidade de matrícula.

1.2.11 HABILITAÇÃO À MATRÍCULA

Processo de verificação do atendimento às condições para a matrícula dos candidatos selecionados pela Junta Especial de Avaliação (JEA), aprovados nas etapas do Exame de Admissão e classificados dentro do número de vagas fixadas por curso ou estágio.

1.2.12 MATRÍCULA

Ato de admissão em um curso ou estágio expedido pelo Comandante da OE, por meio da publicação em Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA) ou Boletim Interno e decorrente de ordem de matrícula emanada pelo Diretor de Ensino.

1.2.13 ORDEM DE MATRÍCULA

Ato do Diretor de Ensino que determina à OE a matrícula dos candidatos selecionados e habilitados para realização de cursos ou estágios nas vagas existentes.

1.2.14 PLANO DE AVALIAÇÃO (PAVL)

Documento que contém o detalhamento da sistemática de avaliação do ensino, para os cursos ou estágios ministrados na OE, nos cinco campos da avaliação preconizados (avaliação da instrução, do corpo docente, do currículo, dos meios de avaliação e do corpo discente).

1.2.15 PLANO DE UNIDADES DIDÁTICAS (PUD) ou PLANO DE CURSO

Documento que desdobra, detalhadamente, os conteúdos das unidades didáticas das disciplinas que compõem os cursos ou estágios ministrados pelas Organizações de Ensino.

1.2.16 PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (PPC)

Instrumento de concepção de ensino e aprendizagem de um curso e apresenta características de um projeto, no qual devem ser definidos os seguintes componentes: concepção do curso, estrutura do curso (currículo, corpo docente, corpo técnico-administrativo e infraestrutura), procedimentos de avaliação (dos processos de ensino e aprendizagem e do curso), instrumentos normativos de apoio (composição do colegiado, procedimentos de estágio, TCC, etc.), entre outros. O documento orienta o que se preconiza para o ensino, focando, separadamente, cada um dos cursos ministrados pela Instituição.

1.2.17 REMATRÍCULA

Ato do Comandante da EPCAR que, cumpridos todos os requisitos necessários, readmite o aluno no respectivo Curso, depois de cessado o motivo de sua exclusão temporária.

1.3 SIGLAS E ABREVIATURAS

AFA	Academia da Força Aérea
BCA	Boletim do Comando da Aeronáutica
CM	Currículo Mínimo
CPCAR	Curso Preparatório de Cadetes do Ar
CFOAV	Curso de Formação de Oficiais Aviadores
CFOINT	Curso de Formação de Oficiais Intendentes
CFOINT	Curso de Formação de Oficiais de Infantaria
COMAER	Comando da Aeronáutica
DIRENS	Diretoria de Ensino
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EPCAR	Escola Preparatória de Cadetes do Ar
ICA	Instrução do Comando da Aeronáutica
IRIS	Instrução Reguladora das Inspeções de Saúde
ITIS	Instruções Técnicas das Inspeções de Saúde
JEA	Junta Especial de Avaliação
JSS	Junta Superior de Saúde
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NOREG	Normas Reguladoras
OE	Organização de Ensino
OM	Organização Militar
PAVL	Plano de Avaliação
PPC	Projeto Pedagógico de Curso

PUD	Plano de Unidades Didáticas
RDAER	Regulamento Disciplinar da Aeronáutica
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

1.4 COMPETÊNCIAS

1.4.1 COMPETE À DIRETORIA DE ENSINO (DIRENS):

- a) cumprir e determinar o cumprimento das Diretrizes de Ensino da Aeronáutica;
- b) emitir instruções e normas pertinentes ao ensino nas Organizações de Ensino subordinadas;
- c) expedir a ordem de matrícula para o CPCAR; e
- d) analisar e aprovar as propostas de revisão e modificação das Normas Reguladoras (NOREG) e demais documentações referentes aos cursos da EPCAR, publicando-as em BCA.

1.4.2 COMPETE À EPCAR:

- a) planejar, executar e avaliar o CPCAR, de acordo com as normas, as instruções e os documentos de ensino aprovados;
- b) propor à DIRENS a revisão ou modificação das Normas Reguladoras (NOREG) e demais documentações referentes ao CPCAR;
- c) elaborar, aprovar e executar o Calendário Escolar;
- d) publicar em BCA a relação dos matriculados no curso;
- e) efetivar a matrícula, a rematrícula, a aprovação, a reprovação, a conclusão, a certificação, a diplomação e o desligamento do curso;
- f) expedir os diplomas, certificados, declarações de conclusão de curso, os históricos escolares e demais documentos comprobatórios referentes à vida escolar do aluno com as especificações necessárias;
- g) registrar, em livro próprio, os certificados, diplomas e históricos escolares; e
- h) encaminhar à DIRENS o relatório final das avaliações/críticas do curso.

1.5 ÂMBITO

A presente Instrução aplica-se ao CPCAR, da EPCAR, e, no que couber, à DIRENS.

2 ENSINO

2.1 CPCAR

2.1.1 O CPCAR é destinado a preparar, sob o regime de internato, jovens para o ingresso no CFOAV e, excepcionalmente, no 1º ano dos Cursos de Formação de Oficiais Intendentes (CFOINT) e de Formação de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica (CFOINF) da AFA.

2.1.2 O CPCAR é ministrado em 3 (três) anos, sendo composto por disciplinas do Ensino Médio Regular do Sistema Nacional de Educação, conforme orientações emanadas do Ministério da Educação (MEC) por meio da Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases) e demais documentos legais complementares.

2.1.3 Além das matérias previstas para o Ensino Médio, o CPCAR é composto por disciplinas relacionadas à Instrução Militar que tem como objetivo formar militar, cívica e moralmente o cidadão, desenvolvendo atributos, valores, além dos conhecimentos científicos necessários para que sejam integrados a uma moderna Força Aérea, despertando-lhe, assim, a motivação e o entusiasmo para a carreira militar.

2.1.4 O CPCAR não prevê a situação de dependência nem de repetência de disciplina(s) em quaisquer de seus anos.

2.1.5 O início e o término do ano letivo do CPCAR estão previstos no Calendário Escolar aprovado pelo Comando.

3 ADMISSÃO, MATRÍCULA, EXCLUSÃO TEMPORÁRIA DE CURSO, REMATRÍCULA, EXCLUSÃO DEFINITIVA DE CURSO E DESLIGAMENTO DA EPCAR

3.1 ADMISSÃO

3.1.1 A admissão para o CPCAR far-se-á por intermédio de exame de admissão, de acordo com o estabelecido nas respectivas Instruções aprovadas pela DIRENS.

3.1.2 As vagas para ingresso no CPCAR, bem como o preenchimento mínimo de vagas no CFOAV por alunos oriundos do CPCAR, e ainda nos Cursos de Formação de Oficiais Intendentes e de Formação de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica, serão estabelecidas atendendo às necessidades de pessoal do COMAER.

3.2 MATRÍCULA

3.2.1 A matrícula no CPCAR deverá obedecer ao estabelecido nas Instruções Específicas para o respectivo Exame de Admissão.

3.2.2 As matrículas, decorrentes da ordem de matrícula da DIRENS, serão efetivadas por ato do Comandante da EPCAR, a contar do primeiro dia do respectivo período letivo, mediante publicação em Boletim Interno e em BCA. Para os candidatos na condição de excedentes do Exame de Admissão, a matrícula será efetivada a contar da data de sua apresentação na OE.

3.2.3 Estarão impedidos, em caráter definitivo, de receber matrícula no CPCAR os alunos que tenham sido desligados de qualquer OE do COMAER pelos motivos constantes nas letras “c”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l” do item 3.4.1 desta norma.

3.2.4 A constatação de omissão ou falta de veracidade de qualquer das informações ou documentos exigidos do candidato implicará, a qualquer momento, a anulação de sua matrícula, bem como de todos os atos dela decorrentes, independentemente de sanções previstas em lei ou regulamentos militares.

3.3 EXCLUSÃO TEMPORÁRIA DO CURSO

3.3.1 O Aluno que for julgado por Junta de Saúde da Aeronáutica “INCAPAZ TEMPORARIAMENTE” ou “APTO COM RESTRIÇÃO” e que não puder prosseguir nas instruções, será excluído temporariamente do respectivo curso, permanecendo adido à EPCAR, sendo submetido à nova Inspeção de Saúde ao término de cada incapacidade ou restrição, cujo prazo será limitado a dois anos, conforme previsto na ICA 160-1 (Instruções Reguladoras das Inspeções de Saúde na Aeronáutica – IRIS).

3.3.2 Cessada a incapacidade ou restrição, o Comandante da EPCAR deliberará sobre a rematrícula do aluno no curso, a qual, dependendo do período em que esteja afastado e do prejuízo aferido na instrução, poderá ocorrer no mesmo ano letivo em que se encontrava ou no início do ano letivo subsequente ao parecer da Junta de Saúde que o tenha julgado “Apto”, nesse caso, sendo a rematrícula permitida por uma única vez.

3.3.3 O aluno da EPCAR que permanecer afastado das atividades escolares por mais de dois anos, em razão de incapacidade temporária ou restrição médica, atestadas por Junta de Saúde da Aeronáutica, deverá ser licenciado do serviço ativo da Aeronáutica de acordo com a legislação em vigor.

3.3.4 Após a exclusão temporária do aluno do curso, a EPCAR tomará as decisões administrativas decorrentes, de acordo com o que dispuser a legislação aplicável a cada caso.

3.4 EXCLUSÃO DEFINITIVA DO CURSO E DESLIGAMENTO DA EPCAR

3.4.1 O desligamento do aluno do CPCAR será efetivado por ato do Comandante da EPCAR nos seguintes casos:

- a) por insuficiência de aproveitamento, conforme estabelecido no PAVL ou PPC da EPCAR;
- b) por falta de frequência às atividades escolares, conforme estabelecido no PAVL ou PPC da EPCAR;
- c) por motivo de saúde, quando julgado por Junta de Saúde da Aeronáutica e homologado pela Junta Superior Saúde (JSS) “Incapaz definitivamente para atividade militar”;
- d) por receber conceito militar deficiente nas avaliações do Corpo de Alunos;
- e) a pedido do interessado, ao ser deferido o requerimento solicitando desligamento do CPCAR;
- f) por condenação em virtude de crime militar ou comum, logo que a sentença transite em julgado, ou por receber aplicação de medida socioeducativa, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);
- g) por licenciamento ou exclusão a bem da disciplina, de acordo com o Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAER);
- h) por inclusão no insuficiente ou no mau comportamento, de acordo com o RDAER;
- i) por utilizar ou tentar utilizar meios ilícitos na realização de qualquer trabalho avaliado, comprovado após apuração em Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar;
- j) por apresentar inaptidão ou incompatibilidade à condição de Aluno da EPCAR ou de futurocadete da Aeronáutica, por meio do cometimento de atos que comprometam os valores, os deveres e a ética militar, conforme definidos no Estatuto dos Militares, comprovado após apuração em Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar;
- k) por deserção, nos termos do Código Penal Militar;
- l) por ser considerado extraviado, conforme o Estatuto dos Militares;
- m) por reforma, conforme o Estatuto dos Militares;
- n) por falecimento;
- o) por assumir função ou cargo decorrente de aprovação em concurso público, mesmo que para estágio probatório;
- p) por conclusão, com aproveitamento, conforme estabelecido no PAVL ou PPC da EPCAR;
- q) por deixar de atender, ao longo de sua formação, às condições essenciais de não possuir filhos ou dependentes, conforme disposto no estatuto dos militares, na lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019 e Portaria GABAER

nº 222/GC3, de 19 de janeiro de 2022; e

- r) por ser casado ou haver constituído união estável, conforme o Estatuto dos Militares.

3.4.2 O aluno que for desligado da EPCAR terá sua situação militar regulada de acordo com a NSCA 33-2/2016 - “Situação Militar dos Desligados dos Cursos e Estágios de Formação de Oficiais e de Praças da Ativa e do Curso de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica”.

3.4.3 O desligamento da EPCAR, bem como todos os procedimentos administrativos decorrentes, será efetivado por ato do Comandante da EPCAR e publicado em Boletim Interno.

3.5 REMATRÍCULA APÓS EXCLUSÃO TEMPORÁRIA DO CURSO

3.5.1 Depois de cessado o motivo da exclusão temporária do CPCAR, o aluno deverá solicitar a sua matrícula por meio de requerimento ao Comandante da EPCAR.

3.5.2 O aluno que não optar pela matrícula deverá manifestar por escrito a sua desistência definitiva à vaga do CPCAR, solicitando seu desligamento da EPCAR e licenciamento do serviço ativo.

3.5.3 Ao ser rematriculado, o aluno retorna para o mesmo ano escolar do qual originalmente se afastou, devendo cursá-lo sem prejuízo ao rendimento acadêmico.

3.5.4 Na ocasião da matrícula, o aluno que tenha perdido sua turma de ingresso será classificado na nova turma de acordo com sua média no Exame de Admissão, se excluído no 1º ano, ou conforme sua média de classificação do último ano que tenha concluído, se excluído a partir do 2º ano do CPCAR.

4 SITUAÇÃO MILITAR DO ALUNO

4.1 ALUNO

4.1.1 O aluno do CPCAR é militar da ativa da Aeronáutica, Praça Especial, possuindo sua precedência hierárquica, prerrogativas, direitos e deveres definidos no Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980).

4.1.2 A precedência hierárquica entre os alunos do 1º ano será baseada na classificação final obtida no Exame de Admissão ao CPCAR. A precedência dos alunos do 2º e do 3º Anos será baseada na Média Global (MG) obtida, respectivamente, ao término dos anos letivos anteriores. Os alunos do 3º Ano têm precedência hierárquica sobre os do 2º Ano, e estes têm precedência hierárquica sobre os do 1º Ano.

4.1.3 Durante a realização do CPCAR, o Aluno estará sujeito ao regime escolar da EPCAR, realizado em período integral, em regime de internato, exigindo dedicação exclusiva do Aluno.

4.1.4 O Aluno fará jus à remuneração fixada em lei, além de alimentação, alojamento, fardamento, assistência médico-hospitalar e odontológica.

4.1.5 Durante todo o curso, o aluno deverá estar, no mínimo, no “Bom Comportamento”, conforme o Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAER).

4.2 ALUNA GESTANTE

4.2.1 A aluna não poderá cumprir as atividades do CPCAR em estado gravídico, em virtude do intenso programa (de caráter obrigatório, classificatório e eliminatório) de treinamento e de instrução militar, com longas jornadas de atividades físicas, de submissão do organismo a elevadas cargas de esforço fisiológico e emocional, previsto no conteúdo programático de sua formação.

4.2.2 A incompatibilidade do estado de gravidez com a vida acadêmica militar está relacionada às seguintes atividades rotineiras e compulsórias da EPCAR:

- a) treinamentos de adaptação a situações de desconforto, com reduzido tempo de descanso e variações de gradiente térmico;
- b) treinamentos em Exercícios de Campanha, com privação do sono e limitação de água e alimento;
- c) instruções de marcha diurnas e noturnas, com transposição por terreno acidentado de relevo íngreme e vegetação densa;
- d) instruções de educação física, de defesa pessoal e participação em competições esportivas;
- e) instruções com transposição de pista de obstáculos;
- f) instruções de tiro, com manuseio de armamento e artefatos bélicos; e
- g) treinamentos com elevados níveis de estresse emocional e físico, com simulações de ambiente hostil na condição de tripulante ou combatente em situação de fuga e evasão.

4.2.3 É obrigação da aluna comunicar imediatamente ao Corpo de Alunos da EPCAR o conhecimento de sua gravidez, a fim de que seja submetida à inspeção de saúde, afastada das atividades elencadas no item anterior e receba o devido acompanhamento médico.

4.2.4 Em caso de constatação do estado de gravidez durante o CPCAR, a aluna será afastada das atividades, por decisão do Comandante e será excluída temporariamente. A militar permanecerá na situação de adida à EPCAR, enquanto durar a gestação, sem prejuízo da assistência médica e da remuneração.

4.2.5 A partir da data do parto, será mantido o afastamento total da aluna da CPCAR por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, a título de licença maternidade. No caso de nascimento prematuro, este afastamento terá início a partir da data do parto.

4.2.6 Terminado o período de licença-maternidade, a aluna passará por Inspeção de Saúde e será procedido o total desligamento da aluna da EPCAR, em cumprimento ao preconizado na Lei 13.954/2019, Art. 144-A e seu Parágrafo Único, bem como, conforme Portaria nº222/GC3: “a praça especial de qualquer sexo, aluna de órgão de formação ou graduação de militares, em regime de internato, total ou parcial, será desligada do curso e licenciada do efetivo, em caso de casamento, constituição de união estável, de nascimento de filho ou constituição de dependente, a partir da matrícula até a conclusão do curso”.

4.2.7 Em caso de interrupção involuntária, ou legalmente admitida da gravidez ou na hipótese de parto de natimorto, a partir da ocorrência do fato, a aluna deverá ser submetida à Inspeção de Saúde. Após a realização de Inspeção de Saúde, caso obtenha parecer “APTA” da Junta de Saúde para prosseguir no CPCAR, sendo de seu interesse, a aluna poderá requerer a sua matrícula.

5 APROVAÇÃO, CONCLUSÃO E DIPLOMAÇÃO

5.1 A aprovação do Aluno no CPCAR dar-se-á de acordo com as condições estabelecidas no PAVL ou PPC do CPCAR.

5.2 O Aluno, ao concluir o CPCAR, receberá o Certificado de Conclusão do Ensino Médio, o Certificado de Conclusão do CPCAR e seus respectivos Históricos Escolares, com as disciplinas, cargas horárias e médias, conforme previsto no PAVL ou PPC, tudo com registro em livro próprio.

5.3 Em caso de reprovação, somente será emitida uma declaração contendo os dados referentes ao período cursado no CPCAR, bem como o histórico escolar.

5.4 A quantidade de vagas para o primeiro ano do CFOAV destinadas aos Alunos egressos do CPCAR será estabelecida por ato oficial do Comando da Aeronáutica, de acordo com a necessidade operacional da Força Aérea Brasileira (FAB), não sendo assegurada a matrícula automática de todos os concludentes do CPCAR.

5.5 O Aluno que concluir o CPCAR, caso seja voluntário, deverá solicitar, mediante requerimento encaminhado ao Comandante da EPCAR, a sua inclusão na relação dos Alunos aptos a receberem a Ordem de Matrícula para o 1º Ano do CFOAV, do ano subsequente, e será movimentado para a AFA, desde que satisfeitas às condições abaixo relacionadas, após análise do Comandante da EPCAR:

- a) ter obtido Média Final de Curso, de acordo com o previsto no PAVL ou PPC, que o classifique dentro do número de vagas fixadas para o 1º Ano do CFOAV do ano subsequente;
- b) ter recebido parecer favorável do Comandante da EPCAR; e
- c) ter sido julgado, por Junta Especial de Saúde da Aeronáutica, “APTO” para o fim que se destina, de acordo com as “Instruções Reguladoras das Inspeções de Saúde – IRIS” (ICA 160-1/2002), observado os recursos previstos nas “Instruções Técnicas das Inspeções de Saúde – ITIS” (ICA 160-44/2018).

5.5.1 O Aluno que concluir o CPCAR com aproveitamento, e preencher as condições estabelecidas no item 5.5, caso não seja voluntário para a matrícula no 1º ano do CFOAV, do ano subsequente, deverá solicitar a sua desistência, mediante requerimento encaminhado ao Comandante da EPCAR.

5.6 O aluno que concluir o CPCAR, com aproveitamento e não tenha sido matriculado no CFOAV, por não ter obtido parecer “APTO” para pilotagem militar, em inspeção de saúde ou em teste de aptidão motora, poderá ser matriculado no Curso de Formação de oficiais Intendentes (CFOINT) ou no Curso de Formação de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica (CFOINF), da AFA, mediante reopção, desde que seja por conveniência da Administração e satisfaça as seguintes condições:

- a) ter sido julgado, em inspeção de saúde, “APTO” para o serviço militar;
- b) estar dentro do número de vagas disponíveis para a matrícula no CFOINT ou CFOINF, conforme classificação final do CPCAR; e
- c) estar classificado no “Bom Comportamento”.

5.6.1 A ordem de escolha para o preenchimento das vagas será estabelecida pelos seguintes critérios:

- a) classificação final do aluno no CPCAR, respeitando o previsto no item 5.5 desta Instrução; e
- b) ter sido julgado “INAPTO” para a pilotagem militar.

5.6.2 As vagas para o CFOINT e CFOINF destinadas aos alunos que concluíram o CPCAR com aproveitamento e que foram considerados inaptos para a pilotagem militar serão definidas, anualmente, por Portaria do Diretor de Ensino da Aeronáutica.

5.6.3 O Aluno que atender aos critérios estabelecidos no item 5.6 deverá preencher e assinar requerimento específico, solicitando a matrícula no CFOINT ou CFOINF, endereçado ao Comandante da EPCAR.

5.7 O Aluno que concluir o CPCAR e não preencher às demais condições previstas nos itens 5.5 e 5.6 desta NOREG não receberá Ordem de Matrícula para o 1º Ano do CFOAV, CFOINT ou CFOINF da AFA.

5.8 A conclusão com aproveitamento do CPCAR, cumpridos os requisitos previstos no PAVL ou PPC, será efetivada por ato do Comandante da EPCAR e publicada em Boletim Interno.

6 DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 O Aluno deverá apresentar-se na EPCAR para o início do CPCAR desimpedido de quaisquer compromissos administrativos ou particulares que o impeça de cumprir as atividades escolares, durante o período total do respectivo curso.

6.2 O Aluno matriculado no CPCAR ficará vinculado administrativamente à EPCAR para fins de instrução e disciplina.

6.3 As recompensas e os prêmios, a serem concedidos aos alunos que se destacarem nas atividades inerentes ao CPCAR, serão regulados em normas específicas.

6.4 A reposição de aulas e de atividades de instrução será regulada por norma específica da Divisão de Ensino da EPCAR.

6.5 Os licenciamentos coletivos são determinados por ato do Comandante da EPCAR.

6.6 As Férias e os Recessos Escolares são estabelecidos no Calendário Escolar, aprovado pelo Comandante da EPCAR.

6.7 É permitido aos alunos organizarem, com autorização prévia do Comandante da EPCAR, sociedade ou associação, ambas sem fins lucrativos, de ordem cívica, desportiva, social e cultural, que desenvolva o espírito de corpo, a cidadania, o caráter, os valores éticos e militares, bem como aprimore os seus conhecimentos.

6.8 As responsabilidades civis, administrativas, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, penais e econômico-financeiras decorrentes das atividades da sociedade ou associação serão de responsabilidade exclusiva das mesmas e de seus dirigentes.

6.9 Em decorrência do regime de internato, o Aluno do CPCAR é domiciliado e residente na EPCAR.

6.10 Os casos não previstos nesta Instrução serão submetidos ao Diretor de Ensino da Aeronáutica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, nº 236, p. 24777, 11 dez. 1980. Seção 1.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 dezembro de 1996. Dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, nº 248, p. 27833, 23 dez. 1996. Seção 1.

BRASIL. Lei Nº 12.464, de 04 de agosto de 2011. Dispõe sobre o Ensino na Aeronáutica. **Diário Oficial da União**: Edição Extra, Brasília, DF, 05 ago. 2011.

BRASIL. Lei Nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a Reestruturação da Carreira Militar. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 17 dez. 2019.

BRASIL. Decreto nº 76.322, de 22 de setembro de 1975. Aprova o Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAER). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 set. 1975, Seção 1, p. 12609.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Plano do Comando da Aeronáutica (PCA) 30-1, 23 JAN 2019. Plano de Pessoal da Aeronáutica. **Boletim do Comando da Aeronáutica** nº 015, de 28 JAN 2019.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comandante da Aeronáutica. Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) 160-1, de 15 SET 2014. Instruções Reguladoras das Inspeções de Saúde – IRIS. **Boletim do Comando da Aeronáutica** nº 175, de 16 SET 2014.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Saúde da Aeronáutica. Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) 160-6, de 21 NOV 2016. “Instruções Técnicas das Inspeções de Saúde – ITIS”. **Boletim do Comando da Aeronáutica** nº 199, de 22 NOV 2016.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Ensino da Aeronáutica. Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) 37-902, de 4 Abril 2022. Projeto Pedagógico de Curso para o Curso Preparatório de Cadetes do Ar. **Boletim do Comando da Aeronáutica** nº 066, de 07 ABR 2022.